

**ENEGRECENDO A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

ALMANAQUE



Copyright © 2026 de Cristiana Jorge e Heleniara Amorim Moura.

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sem a devida menção aos seus autores de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Autoria: Cristiana Jorge e Heleniara Amorim Moura.

Projeto Gráfico e Editoração: Intentum - Mídia Objetiva Ltda.

Imagens: Geradas com inteligência artificial (Google Gemini).

Ilustrações e Grafismos: Freepik.com

J82e Jorge, Cristiana.

Enegrecendo a Educação Profissional e Tecnológica. / Cristiana Jorge – 2026.
56 f.il.col.

Orientadora: Heleniara Amorim Moura.

Produto Educacional (mestrado) – Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, 2026.

1. Ação afirmativa. 2. Assistência estudantil. 3. Identidades. 4. Resistência. I. Moura, Heleniara Amorim. II. Instituto Federal de Minas Gerais. *Campus* Ouro Branco. III. Título.

CDU: 342.7

Catálogo: Márcia Margarida Vilaça - CRB-6/2235
Biblioteca do Instituto Federal de Minas Gerais, *Campus* Ouro Branco

AINDA ASSIM EU ME LEVANTO

AUTORA: MAYA ANGELOU

*Você pode me riscar da História
Com mentiras lançadas ao ar.
Pode me jogar contra o chão de terra,
Mas ainda assim, como a poeira, eu vou me levantar.*

*Minha presença o incomoda?
Por que meu brilho o intimida?
Porque eu caminho como quem possui
Riquezas dignas do grego Midas.*

*Como a lua e como o sol no céu,
Com a certeza da onda no mar,
Como a esperança emergindo na desgraça,
Assim eu vou me levantar.*

*Você não queria me ver quebrada?
Cabeça curvada e olhos para o chão?
Ombros caídos como as lágrimas,
Minh'alma enfraquecida pela solidão?*

*Meu orgulho o ofende?
Tenho certeza que sim
Porque eu rio como quem possui
Ouros escondidos em mim.*

*Pode me atirar palavras afiadas,
Dilacerar-me com seu olhar,
Você pode me matar em nome do ódio,
Mas ainda assim, como o ar, eu vou me levantar.*

*Minha sensualidade incomoda?
Será que você se pergunta
Porquê eu danço como se tivesse
Um diamante onde as coxas se juntam?*

*Da favela, da humilhação imposta pela cor
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Sou um oceano negro, profundo na fé,
Crescendo e expandindo-se como a maré.*

*Deixando para trás noites de terror e atrocidade
Eu me levanto
Em direção a um novo dia de intensa claridade
Eu me levanto
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.
E assim, eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto.*

DISPONÍVEL EM:

https://www.youtube.com/watch?v=QcQLaoHajoM&list=RDQcQLaoHajoM&start_radio=1

SUMÁRIO

Mas afinal: o que é Ação Afirmativa?	07
E quando surgiram as Ações Afirmativas no Brasil?	08
Linha do Tempo: Percurso Histórico das Ações Afirmativas no Serviço Público Federal.	09
Linha do Tempo: As Instituições de Ensino Pioneiras na Adoção das Ações Afirmativas	10
Se liga!	17
Para saber mais.....	19
Conversando sobre identidades e negritudes	25
Quais são as consequências?	26
Novos Rumos	27
Para refletir	29
Por uma outra sociabilidade	33
Assistência Estudantil: É política, é resistência, é abrir caminhos	44
Para saber mais	52
Sobre as autoras	54

Apresentação

O almanaque Enegrecendo a Educação Profissional e Tecnológica nasce a partir da pesquisa intitulada como PERCURSOS FORMATIVOS DE ESTUDANTES NEGROS/AS: conquistas e desafios das políticas de ações afirmativas e assistência estudantil na educação profissional e tecnológica. É uma proposta educativa e reflexiva voltada a toda a comunidade escolar que compõe o Instituto Federal Sudeste de MG e demais instituições de ensino. O objetivo é provocar uma atenção para a presença, as histórias e as contribuições da população negra no Brasil, reconhecendo a importância das ações afirmativas e da assistência estudantil no fortalecimento de trajetórias escolares, especialmente no ensino médio integrado.

As páginas deste produto educacional buscam valorizar o protagonismo dos movimentos da população negra e sua importância para compreender como políticas públicas foram construídas e implementadas no país, a fim de reduzir desigualdades, tanto no acesso à educação quanto no serviço público federal. Também é debatido o processo histórico de formação da identidade negra, marcado pela violência da escravização e pela persistência do racismo estrutural, mas igualmente atravessado por resistências, lutas e conquistas que moldam o presente e impulsionem um futuro de igualdade racial.

O almanaque apresenta ainda biografias de pessoas negras que, com coragem, resistência e luta, dedicaram suas vidas ao combate ao racismo e pela defesa de políticas públicas de igualdade racial. São exemplos para reconhecer e valorizar a memória coletiva, assim como podem inspirar novos atores políticos a reconhecerem-se como sujeitos da transformação social.

Assim, com este material pretende-se provocar reflexão crítica, ser informativo e promover o fortalecimento da identidade de estudantes negras e negros. Também é um aceno aos estudantes, para o compromisso coletivo com uma educação profissional e tecnológica antirracista, inclusiva e comprometida com uma mudança social.

MAS AFINAL

O QUE SÃO AÇÕES AFIRMATIVAS?



As Ações afirmativas são políticas, ações e orientações públicas ou privadas que visam corrigir desigualdades impostas e promover a inclusão de grupos historicamente discriminados na sociedade, como pessoas negras,

indígenas, LGBTQIA+ e com deficiência, mediante a oferta de oportunidades iguais no acesso à educação, ao emprego e a outros bens e serviços. Elas atuam como medidas compensatórias e restauradoras, podem ser de caráter compulsório (obrigatório), facultativo (não obrigatório) ou voluntário e busca garantir equidade e justiça social, e podem incluir ações como cotas, bolsas de estudo e programas de transferência de renda.

Em diversos países do mundo foram adotadas as ações afirmativas: Índia, Malásia, Estados Unidos da América, Nigéria, Canadá, África do Sul, Argentina e Cuba são alguns exemplos a serem citados.

E QUANDO SURGIRAM AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL?

Historicamente, as mobilizações para a adoção das ações afirmativas no Brasil são antigas e visam contribuir para que negros e negras acessem em igualdade diversos espaços da sociedade. É importante mencionar que o primeiro registro encontrado do debate de ações que podem ser chamadas de ações afirmativas data de 1968. Naquela ocasião, técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho apontaram que o único modo de se resolver o problema da discriminação racial era a adoção de uma porcentagem mínima de empregadas e empregados negros. Eles foram a favor da criação de uma lei que exigisse das empresas a adoção dessa medida, garantindo 20%, 15% ou 10% de trabalhadores negros e negras de acordo com o ramo de atividade e a demanda.

Embora houvesse essa manifestação de órgãos governamentais,

a lei não foi criada. Mas a resistência e a luta não pararam, e, hoje, temos importantes legislações contribuindo para a inclusão da população negra nos diversos espaços da nossa sociedade. A seguir pode-se verificar as linhas do tempo do Percorso Histórico das Ações Afirmativas no Serviço Público Federal e das Instituições de Ensino Pioneiras na adoção das Ações Afirmativas.



Mas a resistência e a luta não pararam, e, hoje, temos importantes legislações contribuindo para a inclusão da população negra nos diversos espaços da nossa sociedade.

Linha do tempo

PERCURSO HISTÓRICO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL¹



Foto: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pró-Reitoria de Extensão. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/ileaufrgs-promove-conferencia-sobre-abdias-nascimento/>. Acesso em 29 set. 2025.

1983

PROJETO DE LEI Nº 1.332 ABDIAS DO NASCIMENTO

Abdias do Nascimento então Deputado Federal, também era intelectual e ativista fundamental para as discussões públicas sobre os direitos das pessoas negras no Brasil e apresentou no início da década de 1980 proposição legislativa que previa a presença de pelo menos 20% de homens negros e de 20% de mulheres negras em todos os órgãos públicos. O Projeto de Lei nº 1332/1983 também buscava incentivar o mercado de trabalho privado a ter um quadro técnico com maior diversidade racial.

1988

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

A Constituição de 1988 é um marco normativo fundamental no estabelecimento de direitos para a população negra, entre as novidades está a proteção ao mercado de trabalho para as mulheres como parte dos direitos sociais. Na Constituição já estão presentes elementos que indicam, ainda que parcialmente, o reconhecimento do impacto da discriminação racial e de gênero nas relações de trabalho.



Foto: Arquivo Agência Brasil. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2024/10/dia-da-promulgacao-da-constituicao-d-e-1988-saiba-como-foi-criada-a-constituicao-cidada-brasileira> Acesso em 08 out. 2025.

1. BRASIL, Ministério da Igualdade Racial. Linha do Tempo: Percurso Histórico das Ações Afirmativas no Serviço Público Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/pl-de-cotas-no-servico-publico-1/linha-do-tempo>. Acesso em: 03 set. 2025.



Foto: Centro Sérgio Buarque de Holanda. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/marcha-zumbi-dos-palmares-brasilia-df-20-nov-1995-credito-fernando-cruz>. Acesso em 08 out. 2025.

1995

MARCHA ZUMBI DOS PALMARES CONTRA O RACISMO, PELA CIDADANIA E A VIDA

Grupo de Trabalho foi criado para implementar medidas concretas para o cumprimento da Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil. O Grupo foi instituído no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) composto por representantes do Poder Executivo, de entidades sindicais e patronais com a finalidade de elaborar programa com ações para o combate à discriminação no emprego e na ocupação.

2001

CONFERÊNCIA DE DURBAN

A Conferência de Durban foi organizada pela Organização das Nações Unidas em 2001 e contou com engajamento grande da sociedade civil brasileira nas discussões e decisões. A partir da realização da Conferência, o Estado brasileiro comprometeu-se a implementar políticas afirmativas como parte dos esforços para promover a igualdade racial e combater a discriminação racial.



Foto: ONU. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2021/11/por-que-conferencia-de-durban-foi-importante-na-luta-contra-o-racismo.html>. Acesso em 08 out. 2025.

2002

PROGRAMA NACIONAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS

O Decreto nº 4.228/2002 instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas que contemplava medidas administrativas e medidas de gestão estratégica para promover a diversificação dos cargos comissionados e das contratações da Administração Pública Federal.



2003

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL (SEPPIR)

A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial representou um passo institucional extremamente relevante para a luta antirracista no Brasil. Diversas políticas públicas foram formuladas a partir do olhar transversal e interseccional da SEPPIR e as políticas de ações afirmativas para a população negra foram desenhadas, fomentadas e monitoradas a partir do trabalho desta Secretaria.



Foto: Memorial da Democracia. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/sancionado-estatuto-da-igualdade-racial>. Acesso em 08 out. 2025.

2014

LEI Nº 12.990 DE IMPLEMENTAÇÃO DE COTAS NO SERVIÇO PÚBLICO

Há 10 anos o Brasil possui cotas raciais nos concursos públicos realizados pela Administração Pública Federal. Estudos indicam que a reserva de vagas para pessoas negras ampliou o ingresso deste grupo às carreiras de Estado. A Lei de Cotas raciais nos concursos é fundamental no esforço que o Estado brasileiro tem produzido para reduzir as desigualdades raciais no mercado de trabalho e de ampliar a diversidade na composição dos quadros funcionais.



Foto: Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias-seppir/noticias/ministerio-lanca-publicacao-sobre-a-politica-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial-dos-ultimos-13-anos>. Acesso em 08 out. 2025.

2010

ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

O Estatuto da Igualdade Racial é o principal marco normativo no âmbito federal para as políticas de igualdade racial, implementando medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e adoção de medidas similares em em-presas privadas.

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/igualdade-etnico-racial/publicacoes/estatuto_igualdade_digital.pdf

2017

2017 - AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE 41

O Supremo Tribunal Federal declarou a integral constitucionalidade e fixou a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta.

2022

2022 - CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E FORMAS CORRELATAS DE INTOLERÂNCIA

A Convenção teve seu texto aprovado pelo Congresso Nacional e recebeu status de emenda constitucional, sendo um texto relevante por estabelecer os conceitos-chave relacionados à temática, prevê a adoção de políticas afirmativas pelos Estados-Membro e cria um comitê interamericano para a prevenção e eliminação do racismo, discriminação racial e todas as formas de discriminação e intolerância. Importante destacar os artigos abaixo transcritos:

Decreto nº 10.932/2022 - Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20192022/2022/Decreto/D10932.htm

2023

2023 - CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL

No processo de reconstrução do Brasil foi criado o Ministério da Igualdade Racial, pasta fundamental para a promoção de direitos, criação de políticas e diretrizes destinadas à promoção da igualdade racial e étnica. O Ministério da Igualdade Racial é responsável pelas políticas de ações afirmativas e por políticas de combate e superação do racismo. Quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiro são públicos assistidos pelas políticas públicas formuladas e implementadas por este Ministério.

2023

2023 - DECRETO Nº 11.443

Recentemente, foi instituído que 30% dos cargos comissionados e funções de confiança serão ocupados por pessoas negras no âmbito do Executivo Federal. Este Decreto propõe um passo para além da inclusão no ingresso ao serviço público, a ideia é que a ascensão e a ocupação dos cargos de liderança e de tomada de decisão também ocorram considerando-se a diversidade étnico-racial do país.

2023

2023 - PROGRAMA FEDERAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS (PFAA)

O Programa Federal de Ações Afirmativas (PFAA), Decreto nº 11.785, de 20 de novembro de 2023, tem o objetivo de promover direitos e a equiparação de oportunidades por meio de ações afirmativas destinadas às pessoas negras, quilombolas, indígenas, pessoas com deficiência e mulheres. Entre os objetivos principais destaca-se: 1) Igualdade de oportunidades por meio de ações afirmativas; 2) Promoção da equidade nas políticas públicas de forma transversal, interseccional e intersetorial com ações afirmativas e 3) Inclusão por meio de políticas de reparação, valorização e acessibilidade.

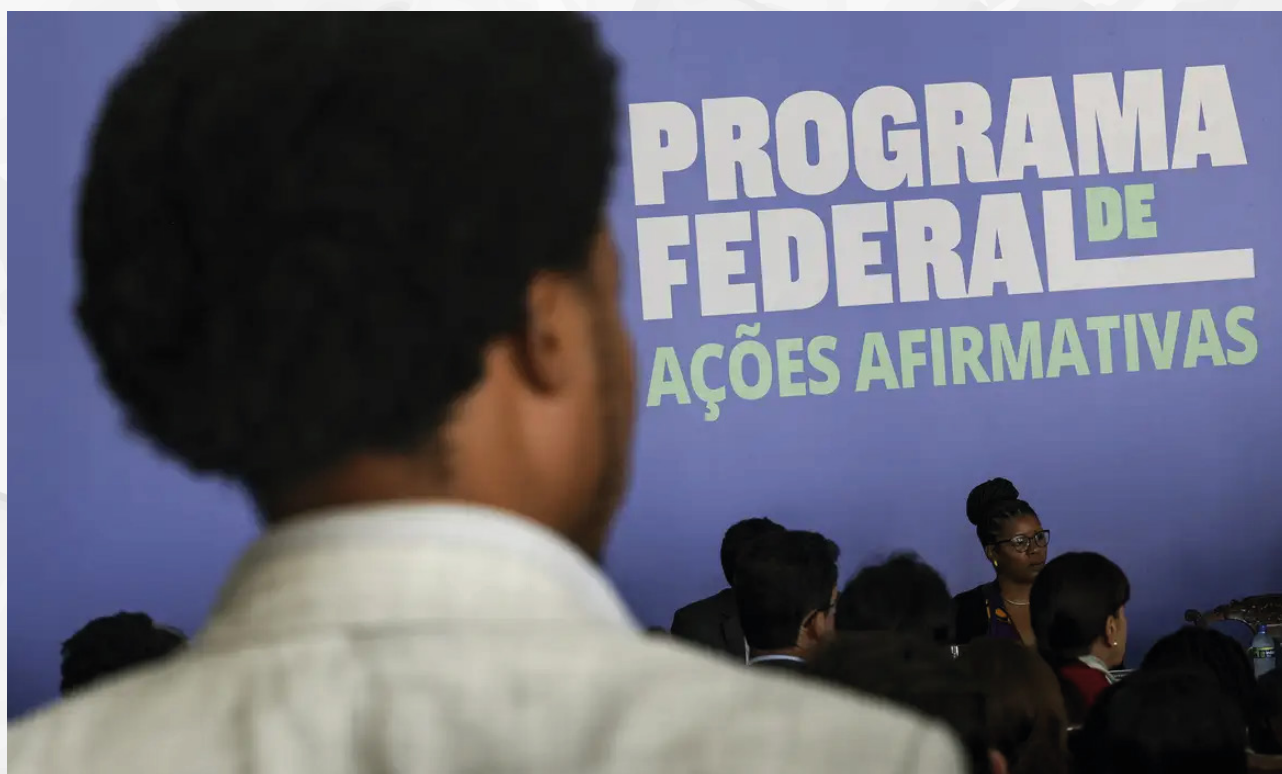


Foto: Marcelo Camargo. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-12/itamaraty-lanca-pacote-de-acoes-afirmativas-para-grupos-discriminados>. Acesso em 08 out. 2025.

LIÇÃO DO tempo

AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PIONEIRAS NA ADOÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

2001

2001 - PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 3.708, DE 09 DE NOVEMBRO DE 2001

Garantiu até 40% das vagas para a população negra no preenchimento das vagas de cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).



Foto: Brasil Escola. Disponível em: <https://vestibular.brasilescola.uol.com.br/universidades/uneb-universidade-estado-bahia.htm>
Acesso em 08 out. 2025.

2000

2000 - PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 3.524, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2000

Esta lei modificou os critérios de acesso às universidades estaduais do Rio de Janeiro e garantiu 50% das vagas aos estudantes egressos de escolas públicas.

2002

2002 - DELIBERAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 196, DE 25 DE JULHO DE 2002. REPUBLICADA EM 13 DE AGOSTO DE 2003.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foi a primeira no estado a estabelecer o sistema de cotas para a população negra, egressa de escola pública. A política de cotas foi aprovada a partir da deliberação do Conselho Universitário da instituição que destinou a reserva mínima de 40% das vagas dos cursos de graduação e pós-graduação a estudantes negros e negras oriundas de escola pública. Destaca-se neste caso o uso da autonomia universitária para a adoção das cotas.

2002

2002 - PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 2.589, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2002

Instituiu a reserva de vagas na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) para estudantes indígenas.

2003

2003 - PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 2.605, DE 6 DE JANEIRO DE 2003

Estabeleceu a reserva mínima de 20% de vagas nos cursos de graduação da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) a estudantes negros e negras.

2003

2003 - PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 4.151, DE 04 DE SETEMBRO DE 2003

Esta lei instituiu um novo regulamento acerca das cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro e revogou as normativas anteriores, a saber: Leis nº 3.524, de 28 de dezembro de 2000, nº 3.708, de 09 de novembro de 2001 e nº 4061, de 02 de janeiro de 2003. Além disso, foi modificada pelas Lei nº 5074 de 17 de julho de 2007.

2003

2003 - PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 4061, DE 02 DE JANEIRO DE 2003

Assegurou a reserva de 10% das vagas em todos os cursos das universidades públicas estaduais do Rio de Janeiro a alunos com deficiência.

2003

2003 - LANÇAMENTO DO PLANO DE METAS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, ÉTNICA E RACIAL, DE 6 DE JUNHO DE 2003

A Universidade de Brasília (Unb) foi a primeira instituição de ensino federal a instituir a reserva de vagas a estudantes negros, negras e indígenas. As cotas foram aprova-das pelo Conselho de Pesquisa e Extensão (CEPE) da instituição, que, assim como a Universidade da Bahia (UNEB), utilizou a autonomia universitária para incluir uma política de diversidade na instituição. A reserva de vagas foi inserida no Plano de Metas de Integração Social, Étnica e Racial. Esse Plano teve como objetivo garantir o acesso e a permanência de estudantes negros/negras e indígenas por meio de ações afirmativas.

2003

2003 - PROMULGAÇÃO DO DECRETO Nº 33.859, DE 08 DE SETEMBRO DE 2003

Estabeleceu o Programa Jovens Talentos II visando servir de apoio acadêmico e financeiro, além de complementar o sistema de cotas para permanência dos estudantes ingressantes por essa política social.

2008

2008 - PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 5346, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2008

Ordenou um novo sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais do Rio de Janeiro e revogou a Lei nº 4.151, de 04 de setembro de 2003. O acesso ao novo sistema era para estudantes carentes que pertencessem a um dos grupos a seguir: negros, indígenas, alunos da rede pública de ensino, pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor e filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. O percentual das vagas ficou estabelecido da seguinte forma: 20% para negros e indígenas; 20% para estudantes oriundos da rede pública de ensino, 5% para pessoas com deficiência e para filhos de policiais civis, militares, bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.

2018

2018 - PROMULGAÇÃO LEI Nº 8.121, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018

Prorrogação da Lei nº 5346, de 11 de dezembro de 2008, pelo prazo mínimo de 10 anos, podendo ser ampliado pelas instituições de ensino superior por meio de suas instâncias deliberativas. O percentual de vagas foi mantido. Além disso, foram incluídos os estudantes oriundos de comunidades quilombolas.

Se Liga!

A aprovação da Lei de Cotas a nível nacional ocorreu em 29 de agosto de 2012 com a publicação da Lei nº 12.711 pelo Governo Federal. A partir daquele momento, as instituições federais de ensino superior e técnico de nível médio, vinculadas ao Ministério da Educação (Mec), adotaram a reserva de, no mínimo, 50% de suas vagas a estudantes que tenham cursado todo o ensino médio (para vagas de nível superior) e fundamental (para vagas de nível médio) em escolas públicas federais. Além disso, os estudantes também devem ser oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo. A reserva dessas vagas destinava-se ainda a estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas. A regulamentação da Lei de Cotas foi por meio do Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.

Conforme previsto em seu artigo 7º, a Lei 12.711/2012 passou por revisão em 2023, sendo mantida por mais 10 anos. Algumas mudanças foram realizadas, como a renda per capita, que passou a ser de até 1 salário-mínimo, a inclusão de quilombolas, entre outras alterações. Tais mudanças foram regulamentadas pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023 e o Decreto nº 11.781, de 14 de novembro de 2023.



[...] a instituição é obrigada a destinar bolsas de estudo para políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de pessoas com deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

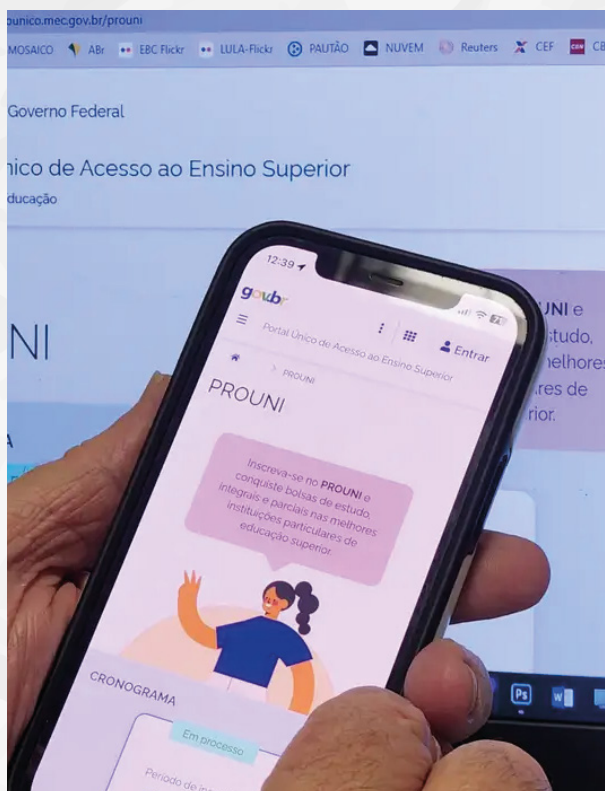


Foto: Rafa Neddermeyer. Agência Brasil. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-09/prouni-20252-prazo-para-comprovar-informacoes-termina-na-sexta-feira> Acesso em 08 out. 2025.

É importante ressaltar que as ações afirmativas na educação não se limitaram a instituições públicas. O Programa Universidade para todos (Prouni) foi instituído pelo Governo Federal por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. A parceria entre o Governo Federal e as instituições de ensino privadas teve como objetivo ocupar as vagas ociosas nas instituições privadas e reduzir a inadimplência do

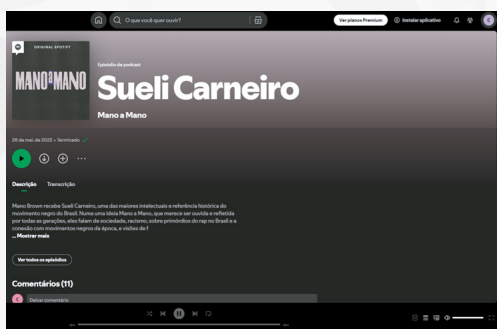
setor. Para tanto, o Prouni destina bolsas integrais e parciais a estudantes que não possuem diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal per capita seja de até 1,5 salário-mínimo para bolsa integral e de até 3 salários-mínimos para bolsas parciais de 50%.

O público atendido pelo Prouni são: estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; estudante com deficiência, nos termos da lei; professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda. Também ficou previsto pelo Programa que a instituição é obrigada a destinar bolsas de estudo para políticas afirmativas de acesso ao ensino superior de pessoas com deficiência ou de autodeclarados indígenas e negros.

O Prouni passou por revisão em 2021 e 2022 pela Lei

Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e a Lei nº 14.350, de 25 de maio de 2022. Vários artigos foram alterados e incluídas novos perfis de acesso às bolsas, tais como: estudantes que cursaram o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição; estudantes que cursaram o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista parcial da respectiva instituição ou sem a condição de bolsista; estudantes que cursaram o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista parcial da respectiva instituição ou sem a condição de bolsista; estudantes que cursaram o ensino médio completo em escola comunitária que atue no âmbito da educação do campo conveniada com o poder público. Outro exemplo de mudança foi a inclusão de estudantes egressos dos serviços de acolhimento institucional e familiar ou neles acolhidos como público reconhecido a ter direito às bolsas.

PARA SABER MAIS



PODCAST: MANO A MANO COM SUELI CARNEIRO.
DISPONÍVEL EM:

<https://open.spotify.com/episode/2eTloWb3Nrjmog0RkUnCPPr>



SUGESTÃO DE LEITURA: RACISMO ESTRUTURAL - AUTOR: SILVIO ALMEIDA



PODCAST: PROJETO QUERINO
DISPONÍVEL EM:

<https://projetoquerino.com.br/>



DOCUMENTÁRIO: COTAS NA UNB - SOB O SIGNO DA JUSTIÇA. DISPONÍVEL EM:

Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=tVTAKUck3mc&list=PL4187D298FCE5AA5A>

Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=9rvoYgZ3UCU&list=PL4187D298FCE5AA5A&index=2>

Parte 3: <https://www.youtube.com/watch?v=bqaS9YytxOk&list=PL4187D298FCE5AA5A&index=3>



DOCUMENTÁRIO: RAÇA HUMANA: BASTIDORES DAS COTAS RACIAIS NA UNB [2010].
DISPONÍVEL EM:

<https://www.youtube.com/watch?v=fCcyyahMDBk>

CANÇÃO: COTA NÃO É ESMOLA - BIA FERREIRA. PARA OUVIR:

https://www.youtube.com/watch?v=QcQlaoHajoM&list=RDQcQlaoHajoM&start_radio=1



*Existe muita coisa que não te disseram na escola
Cota não é esmola
Experimenta nascer preto na favela, pra você ver
O que rola com preto e pobre não aparece na TV
Opressão, humilhação, preconceito
A gente sabe como termina quando começa desse jeito
Desde pequena fazendo o corre pra ajudar os pais
Cuida de criança, limpa a casa, outras coisas mais
Deu meio-dia, toma banho, vai pra escola a pé
Não tem dinheiro pro busão
Sua mãe usou mais cedo pra correr comprar o pão
E já que ela tá cansada quer carona no busão
Mas como é preta e pobre, o motorista grita: Não!
E essa é só a primeira porta que se fecha
Não tem busão, já tá cansada, mas se apressa
Chega na escola, outro portão se fecha
Você demorou, não vai entrar na aula de história*

Espera, senta aí, já já da uma hora
Espera mais um pouco e entra na segunda aula
E vê se não se atrasa de novo, a diretora fala
Chega na sala, agora o sono vai batendo
E ela não vai dormir, devagarinho vai aprendendo que
Se a passagem é três e oitenta, e você tem três na mão
Ela interrompe a professora e diz: Então não vai ter pão
E os amigos que riem dela todo dia
Riem mais e a humilham mais, o que você faria?
Ela cansou da humilhação e não quer mais escola
E no natal ela chorou, porque não ganhou uma bola
O tempo foi passando e ela foi crescendo
Agora lá na rua ela é a preta do suvaco fedorento
Que alisa o cabelo pra se sentir aceita
Mas não adianta nada, todo mundo a rejeita
Agora ela cresceu, quer muito estudar
Termina a escola, a apostila, ainda tem vestibular
E a boca seca, seca, nem um cuspe
Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre não vai pra USP
Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
Que todos são iguais e que cota é esmola
Cansada de esmolas e sem o dim da faculdade
Ela ainda acorda cedo e limpa três apartamentos no centro da cidade
Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
Cê vai ver como são diferentes as oportunidades
E nem venha me dizer que isso é vitimismo
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo
E nem venha me dizer que isso é vitimi
Que isso é vitimi
Que isso é vitimismo
E nem venha me dizer que isso é vitimismo

Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo

E nem venha me dizer que isso é vitimi

Que isso é vitimi

Que isso é vitimismo

São nações escravizadas

E culturas assassinadas

A voz que ecoa no tambor

Chega junto, e venha cá

Você também pode lutar

E aprender a respeitar

Porque o povo preto veio para revolucionar

Não deixem calar a nossa voz não!

Não deixem calar a nossa voz não!

Não deixem calar a nossa voz não!

Re-vo-lu-ção

Não deixe calar a nossa voz não!

Não deixe calar a nossa voz não!

Não deixe calar a nossa voz não!

Re-vo-lu-ção

Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai

Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai

Nascem milhares (Marielle Franco, presente)

Dos nossos

Nascem milhares dos nossos cada vez que um nosso cai

E é peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!

É peito aberto, espadachim do gueto, nigga

Peito aberto, espadachim do gueto, nigga

Peito aberto, espadachim do gueto, nigga

Peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!

(Peito aberto, espadachim) É peito aberto, espadachim do gueto, nigga

(Peito aberto, espadachim) É peito aberto, espadachim do gueto, nigga

É peito aberto, espadachim do gueto, nigga
É peito aberto, espadachim do gueto, nigga samurai!
Vamo pro canto onde o relógio para
E no silêncio o coração dispara
Vamo reinar igual Zumbi e Dandara
Ô Dara, ô Dara
Vamo pro canto onde o relógio para
No silêncio o coração dispara
Ô Dara, ô Dara
Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
Cê vai ver como são diferentes as oportunidades
E nem venha me dizer que isso é vitimismo hein
Não bota a culpa em mim pra encobrir o seu racismo
Existe muita coisa que não te disseram na escola
Eu disse, cota não é esmola
Cota não é esmola
Eu disse, cota não é esmola
Cota não é esmola
Cota não é esmola
Cota não é esmola
Eu disse, cota não é esmola
Cota não é esmola
Cota não é esmola
Cota não é esmola
São nações escravizadas
E culturas assassinadas
É a voz que ecoa do tambor
Chega junto, e venha cá
Você também pode lutar
E aprender a respeitar
Porque o povo preto veio re-vo-lu-cio-nar

SOBRE IDENTIDADES E NEGRITUDES

Este é um tema importante e que afeta a todos nós. Afinal, ao longo da vida construímos nossas identidades, seja racial, de gênero, política, nacionalidade e outras. Contudo não é um processo simples, pois diversos aspectos e elementos interferem nessa construção. Isso ocorre porque as identidades são dinâmicas e se moldam a partir da interação entre o sujeito e fatores sociais, culturais e históricos. E, nessa circunstância, há influência desses fatores no modo de ser e de se ver do sujeito, na relação com o outro e nos diferentes espaços da sociedade

Assim, ao tomarmos como referência a identidade racial no Brasil, precisamos considerar que ela é atravessada pela história dos povos africanos e o seu deslocamento e o trabalho forçado no nosso país. O que, nessa circunstância, tornou-se comum à

população negra ser alvo de distintas violências como, por exemplo, a sua desumanização, a destruição e negação de sua cultura. O fim da escravização de pessoas negras não permitiu uma mudança total desse cenário, e ele ainda influencia a identidade racial no país, a partir das ideologias que se desenvolveram para perpetuar o racismo e manter as desigualdades entre grupos raciais diferentes.

“ ”

O fim da escravização de pessoas negras não permitiu uma mudança total desse cenário, e ele ainda influencia a identidade racial no país [...].

As ideologias citadas anteriormente são: o mito da democracia racial e a política de embranquecimento da população brasileira. O mito da democracia racial consiste na disseminação de uma falsa ideia de harmonia racial, sugerindo a ausência de racismo na nossa sociedade. Essa ideologia nega as desigualdades existentes e vivenciadas pela população negra e recusar-se a admitir as diferenças de tratamento entre raças. Em relação à política de embranquecimento, foi uma política que fomentou a vinda de trabalhadores europeus brancos para o Brasil com o objetivo de “embranquecer a população” por meio da miscigenação e assim “melhorar” a população. Essas ideias visavam moldar as estruturas de poder econômico, político, jurídico para manter uma ordem social privilegiando determinados grupos raciais.

CONSEQUÊNCIAS

QUAIS SÃO AS CONSEQUÊNCIAS?

As ideias do mito da democracia racial e da política de embranquecimento da população brasileira permanecem na construção de valores, representações e na assimilação cultural da população negra, assim como na sua organização e reprodução social. Por isso impactam na formação da identidade negra. Isso implica, em certa medida, na

assimilação de identidades que reforçam opressão e discriminação de determinados grupos, entre eles, a população negra. Logo, mantém ligação com o discurso de camadas sociais privilegiadas, reforçando a permanência da ordem social existente, sustentada nas desigualdades, violências e exclusão de segmentos subalternizados.

NOVOS RUMOS

EM BUSCA DE NOVOS RUMOS: E AÍ? COMO MUDAR ESSE CENÁRIO?

A mudança desse cenário tem sido alvo da atuação de ativistas, militantes, intelectuais e movimentos coletivos - com destaque para o Movimento Negro - desde o período de escravização e permanecendo nos dias atuais. Foram denunciadas as faces do racismo que estruturam desigualmente as relações sociais no Brasil. Também foram escancaradas as pretensões das elites em manter seus privilégios por meio do racismo, utilizando-se das concepções ideológicas do mito da democracia racial e do branqueamento. Contudo essas ideologias foram refutadas por meio da exposição constante das condições de vida de negros e negras na sociedade brasileira.

Além disso, as lutas seguiram com a conquista legal da criminalização do racismo e do enfrentamento articulado de suas

expressões por meio de políticas públicas. Destaca-se nestas ações a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, a coleta, avaliação e divulgação de dados estatísticos das condições sociais, econômicas e políticas da população negra, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas. Também fazem parte dos avanços a implantação de ações afirmativas: a adoção de reserva de vagas no serviço público e na educação federais. Ainda, a obrigatoriedade do estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil nos ensinos fundamental e médio, de estabelecimentos públicos e privados.

Ressalta-se ainda, nesse cenário, a conscientização da população para análise crítica do racismo estrutural, que ainda

persiste nas instituições e nas relações sociais, perpetuando desigualdades para negros e negras. Busca-se, desse modo, a participação ativa da sociedade no combate ao racismo, denunciando suas violências e assumindo o compromisso de agir contra ele.

Vale salientar também o Dia da Consciência Negra, que passou a ser feriado em 2023 como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, o qual nos propõe reflexões e coloca questões da negritude no centro de debates. Assim sendo, é uma data importante para evidenciar a resistência, a valorização da cultura e da identidade negra. E integra as ações, algumas delas citadas nesta seção, realizadas pelos diversos atores e o Movimento Negro com o objetivo de lutar contra o racismo e as desigualdades raciais no país, assim como reivindicar reparação e valorização da identidade, cultura e história das pessoas negras.



PARA refletir

Você já pensou na sua identidade racial a partir do processo histórico brasileiro baseado na divisão de raças para manter desigualdades e privilégios?

CANÇÃO: SORRISO NEGRO - DONA YVONNE LARA. PARA OUVIR:

https://www.youtube.com/watch?v=QcQLaoHajoM&list=RDQcQLaoHajoM&start_radio=1



Negro é a raiz da liberdade
Negro é a raiz da liberdade
Sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
E negro é a raiz da liberdade

Um sorriso negro
Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
E negro é a raiz da liberdade
Negro é uma cor de respeito

Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
Negro é a solidão
Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino, é amor
Negro também é saudade
Um sorriso negro
Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade
Um sorriso negro
Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
E negro é a raiz da liberdade
Negro é uma cor de respeito

Negro é inspiração
Negro é silêncio, é luto
Negro é a solidão
Negro que já foi escravo
Negro é a voz da verdade
Negro é destino, é amor
Negro também é saudade
Um sorriso negro
Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade
Um sorriso negro
Um sorriso negro
Um abraço negro
Traz felicidade
Negro sem emprego
Fica sem sossego
Negro é a raiz da liberdade
Negro é a raiz da liberdade



PARA SABER MAIS



DOCUMENTÁRIO: SANKOFA: A ÁFRICA QUE TE HABITA.
DISPONÍVEL EM:

<https://www.youtube.com/watch?v=BseyI9QoxmM&list=PLb0qjd-8GhLkYtqDESdEggBzokZG1HfQS>



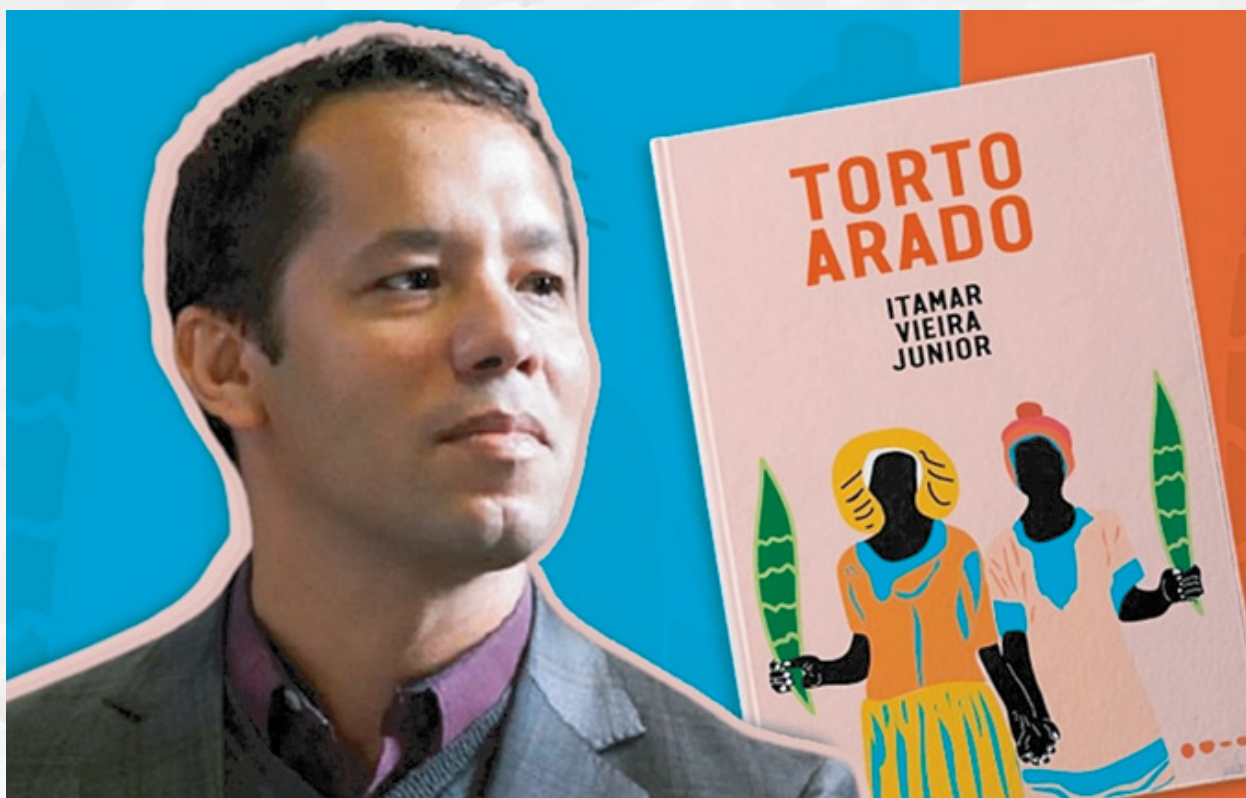
PÁGINA ELETRÔNICA: GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA. DISPONÍVEL EM:

<https://www.geledes.org.br/memoria-e-reparacao/?jsf=jet-engine&tax=category:143>

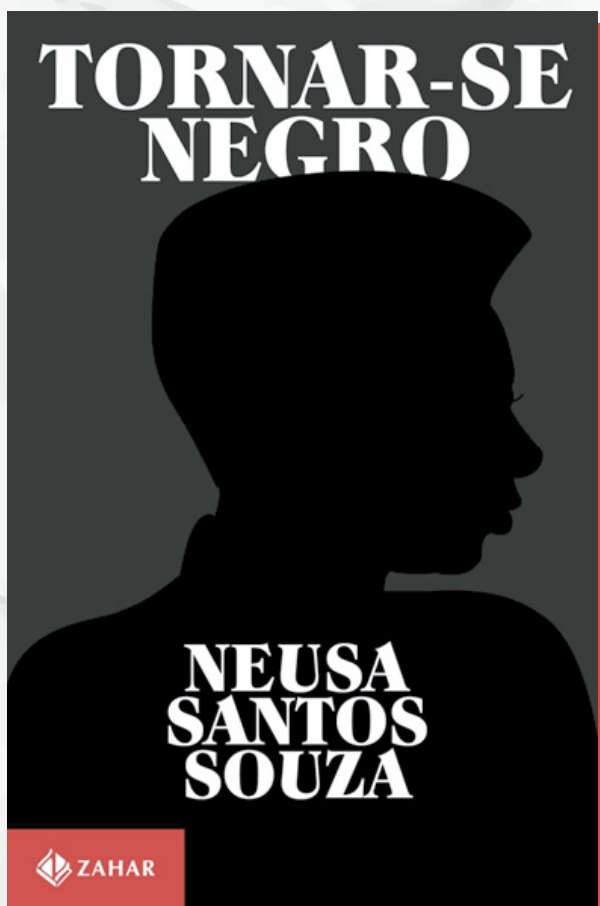


PÁGINA ELETRÔNICA: PROJETO MEMÓRIA. LÉLIA GONZALEZ:
CAMINHOS E REFLEXÕES ANTIRRACISTAS E ANTISSEXISTAS.
DISPONÍVEL EM:

<https://projetolediagonzalez.com.br/site/>. Acesso em 05 de out. 2025.



SUGESTÃO DE LEITURA: *TORTO ARADO* - AUTOR: ITAMAR VIEIRA JÚNIOR



SUGESTÃO DE LEITURA: *TORNAR-SE NEGRO: AS VICISSITUDES DA IDENTIDADE DO NEGRO BRASILEIRO* - AUTORA: NEUSA SANTOS SOUZA

POR UMA OUTRA SOCIABILIDADE

VALORIZANDO A MEMÓRIA, A RESISTÊNCIA E AS LUTAS NO COMBATE AO RACISMO

Esta seção é dedicada aos atores políticos que, com suas lutas e resistência, contribuem para a denúncia contra o racismo e por uma sociedade livre de qualquer tipo de opressão e violência. Também é uma oportunidade de enaltecer esses atores por dar visibilidade ao patrimônio cultural negro na formação do Brasil, evidenciando sua influência na música, na dança, na culinária, na religião e em outros aspectos que compõem a identidade nacional. Ainda, vale ressaltar o papel fundamental que exerceram na implantação de políticas públicas voltadas para a cultura e identidade negra e a promoção da equidade racial.

Nesse sentido, é um momento para reconhecer e valorizar a resistência histórica da população negra contra o racismo e suas diferentes formas de manifestação. Assim como exaltar a contribuição reflexiva, crítica, militante e interventiva de negras e negros que atuaram ao longo de séculos em busca de uma sociedade mais justa, igualitária, democrática, que respeite a dignidade de todas as pessoas e valorize a diversidade indistintamente. Apresentamos a seguir alguns nomes importantes desse movimento.

ABDIAS NASCIMENTO

Abdias Nascimento foi um dramaturgo, pintor, escritor, professor, deputado e senador da República. Em 1944, Abdias criou o Teatro Experimental do Negro. Na época, uma iniciativa totalmente insólita que tentava promover a inclusão de atores, diretores e autores negros. Dessa experiência revolucionária saíram grandes nomes da dramaturgia brasileira, como Léa Garcia e Ruth de Souza.

Mas essa é só uma das várias frentes de luta de uma vida toda dedicada à militância pelos direitos dos negros. Como parlamentar, Abdias Nascimento apresentou diversos projetos para reduzir a desigualdade racial. É dele o primeiro projeto de lei propondo ações compensatórias como políticas públicas de igualdade racial. No cenário político, Abdias figura como um dos expoentes do PDT, vinculado ao partido e ao seu criador, Leonel Brizola, desde as primeiras conversas para criação da legenda, ainda no exílio.

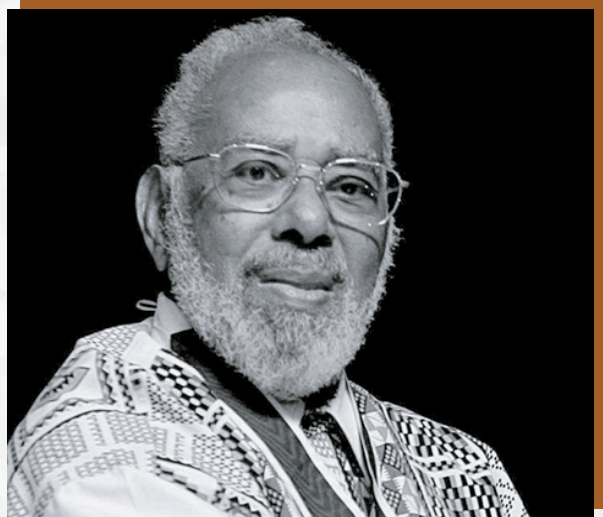


Foto: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pró-Reitoria de Extensão. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prorext/ileaufrgs-promove-conferencia-sobre-abdias-nascimento/>. Acesso em 29 set. 2025.

No documentário, baseado no último grande depoimento gravado por Abdias, também estão contadas histórias de uma trajetória difícil, que inclui prisões e perseguição na época da ditadura. Ao mesmo tempo, Abdias rememora passagens engraçadas, como as confusões do tempo em que esteve no Exército, na década de 1930, e as viagens do grupo de poetas que se intitulava Santa Hermandad Orquídea pela América Latina.

Fonte: Câmara do Deputados. **Memória.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/220828-abdias-nascimento/>. Acesso em 29 set. 2025.



CLÓVIS MOURA

Clóvis Steiger de Assis Moura, conhecido como Clóvis Moura, nasceu em Amarante, no Piauí, no dia 10 de julho de 1925. Foi, e continua sendo, um respeitado jornalista, sociólogo, historiador e escritor brasileiro, produzindo importantes estudos sobre a escravidão e sobre a resistência dos negros no Brasil. Um dos pontos centrais de seu trabalho é “a ênfase no processo de resistência violenta do negro ao escravismo” (OLIVEIRA, 2011). Em 1975, fundou o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas

(IBEA) e promoveu cursos, debates e atividades culturais com a participação dos militantes do movimento negro, que, nesse período, se organizava de forma mais efetiva.

Em seu livro de poesia, *Argila da Memória*, publicado em 1962 pela editora Fulgor, o escritor faz uma imersão no tempo e na memória, passando pela infância, pelas vozes coletivas de sua experiência. Já em *História do negro brasileiro*, de 1989, Moura, conforme atesta Fábio Oliveira (2011, p. 55), vale-se do conceito de quilombagem para explicar que o quilombo atuava “como unidade básica do processo de resistência do negro, articulava-se a outras formas de luta, como as insurreições urbanas da Bahia, durante o século XIX, e a revolta dos malês, em 1835 (...)”. Para o escritor, o quilombo era um movimento de rebeldia e resistência organizado pelos próprios escravos. Dessa maneira, Moura propôs uma revisão crítica sobre o pensamento de Gilberto Freyre, em que este afirmava a passividade do negro no

Brasil. Em *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*, publicado pela primeira vez em 1988, o escritor descreve que a sociedade escravista, no contexto brasileiro, dividia-se em dois segmentos contrários, constituídos pelos escravistas (senhores donos do poder), e pelos escravos (que eram obrigados a ceder a sua força de trabalho). Em entrevista concedida à Revista da União Nacional dos Estudantes, em 1981, faz a seguinte consideração acerca do pensamento hegemônico sobre o negro no Brasil:

[...] o colonizador tinha que ter os elementos que justificassem a missão colonizadora, a missão de rapina na África. Para isso foi necessário criar ideólogos, e surgiu no Brasil uma intelectualidade racista, que não aceita o negro como igual ao branco. Os nossos melhores pensadores, como Euclides da Cunha, Sílvio Romero, Tobias Barreto, todos eles mostravam como um dos fatores de atraso no Brasil não a escravidão, mas o negro. Eles criaram um filão de pensamento que

vem até os nossos dias. Nós temos um Oliveira Viana, um Gilberto Freire, sendo que este aparentemente tem uma obra democrática, antirracista, mas que no fundo é uma obra que justifica a escravidão. Gilberto Freire criou uma teoria através da qual o senhor é bondoso e o escravo dócil, e com isso ele neutraliza a existência da luta de classes durante o regime escravista. [...] Esconde-se da História do Brasil todo o problema de conflito durante a escravidão. Por aí nós vemos como nossa história é fraturada. (PORTAL GELEDÉS, 2009).



Gilberto Freire criou uma teoria através da qual o senhor é bondoso e o escravo dócil, e com isso ele neutraliza a existência da luta de classes durante o regime escravista.

Na política, iniciou sua militância no Partido Comunista Brasileiro em 1945 e, no ano de 1962, quando houve a cisão do partido, filiou-se ao PCdoB. Destacou-se ainda na militância do movimento negro brasileiro, colaborou com o Movimento Negro Unificado (MNU) e com a União de Negros Pela Igualdade (UNEGRO). Como Jornalista, atuou nos jornais da Bahia e de São Paulo.

Moura faleceu em São Paulo, em 23 de dezembro de 2003, deixando um legado intelectual de grande relevância não apenas para os estudos afro-brasileiros, mas para os estudos sociológicos.



Foto: Adaptado de Partido Comunista do Brasil. Disponível em: <https://pcb.org.br/portal2/28050>. Acesso em 29 set. 2025.



CONCEIÇÃO EVARISTO

Maria da Conceição Evaristo graduou-se em Letras pela UFRJ e foi professora da rede pública de ensino na capital fluminense. Estreou na Literatura em 1990, quando publicou seus contos e poemas na série “Cadernos Negros”. Atualmente, também é reconhecida como ativista com atuação constante em movimentos de valorização da cultura negra em nosso país. Uma das narrativas mais expressivas da carreira literária da Conceição é “Ponciá Vicêncio”, marcada por uma narrativa não linear, teve boa acolhida de crítica e de público.

Conceição Evaristo também desenvolve narrativas que discutem sobre o universo das relações de gênero em um contexto marcado pelo racismo como os “contos Insubmissas lágrimas de mulheres”. Em 2008, sua poética ganha maior visibilidade após a publicação do volume Poemas de recordação e outros movimentos, em que denuncia às condições sociais dos afrodescendentes, com uma escrita marcada por sensibilidade e ternura.

Fonte: Espaço Ciência. Preta cientista: conheça mulheres negras que fizeram história na ciência. Disponível em: <https://www.espacociencia.pe.gov.br/preta-cientista-conheca-mulheres-negras-que-fizeram-historia-na-ciencia/>. Acesso em 29 set. 2025.



LÉLIA GONZALEZ

Lélia Gonzalez nasceu em 1935 em Belo Horizonte. Gonzalez foi a pioneira nos estudos sobre a cultura negra no Brasil e co-fundadora do instituto de pesquisas das culturas negras do Rio de Janeiro. Durante sua vida, Lélia foi uma grande intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira.

Os seus estudos eram voltados para a luta contra o racismo estrutural e a desigualdade de gênero, sendo uma das mais proeminentes estudiosas do feminismo negro. Defendendo, assim, a descolonização do feminismo e criando o conceito 'amefricanidade', buscando discutir a problemática dos descendentes de africanos trazidos para serem escravizados no Brasil, bem como dos descendentes de indígenas, também escravizados. Os estudos e pautas que a filósofa desenvolveu são de extrema importância para exaltar a desigualdade racial e de classe que se estabelece até hoje, dando oportunidade de lutar contra o racismo e machismo, pois ela criou mais espaço para essas discussões. Lélia faleceu em 1994 no Rio de Janeiro.

Fonte: Espaço Ciência. Preta cientista: conheça mulheres negras que fizeram história na ciência. Disponível em: <https://www.espacociencia.pe.gov.br/preta-cientista-conheca-mulheres-negras-que-fizeram-historia-na-ciencia/>. Acesso em 29 set. 2025.

MARIA BEATRIZ NASCIMENTO

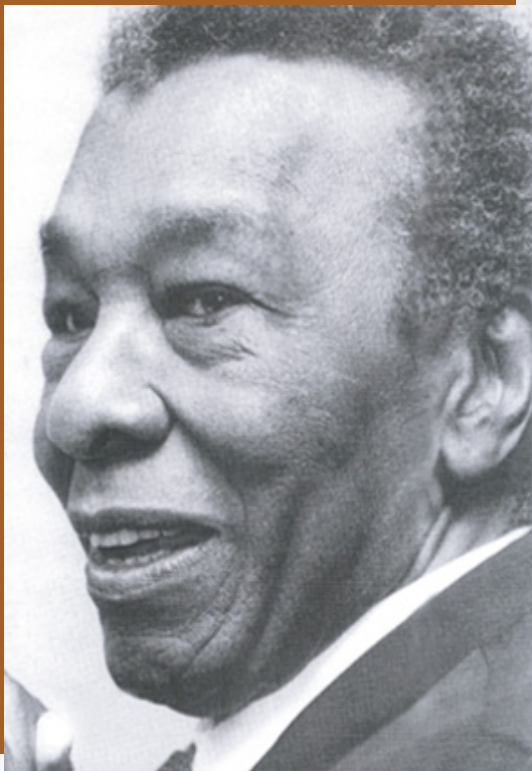
Maria Beatriz Nascimento foi uma historiadora pioneira do modo de pensar a História a partir dos saberes africanos. A mestra em educação nasceu em Aracaju, Sergipe, em 1942 e faleceu em 28 de março de 1995 e se dedicou a sua formação na luta pelos direitos dos afro-brasileiros e para estudar a cultura africana e afro-brasileira. Também é conhecida por ser a fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU), que ocorreu no ano de 1978 com o objetivo de combater o racismo e promover a igualdade racial no Brasil. Beatriz concluiu o seu mestrado em Comunicação e Cultura na UFRJ, tendo o seu trabalho considerado pioneiro ao abordar o Candomblé como uma expressão cultural, importante para a história e identidade do povo negro no Brasil.

Além disso, defendeu as questões raciais e culturais em diversos eventos e conferências



internacionais. Sendo assim, Maria Beatriz Nascimento foi uma das primeiras mulheres com a voz ativa na denúncia do racismo estrutural no Brasil e na ascensão da valorização da cultura afro-brasileira, sendo ela uma grande referência na luta contra o racismo e o combate pela inclusão e valorização da cultura afro-brasileira.

Fonte: Espaço Ciência. Preta cientista: conheça mulheres negras que fizeram história na ciência. Disponível em: <https://www.espacociencia.pe.gov.br/preta-cientista-conheca-mulheres-negras-que-fizeram-historia-na-ciencia/>



MILTON SANTOS

Milton de Almeida Santos nasceu em 3 de maio de 1926 em Brotas de Macaúbas, Bahia. Embora formado em Direito, sempre lecionou geografia nas escolas de ensino médio da Bahia. Em 1958, concluiu um doutorado em geografia, na Universidade de Strasbourg, França. Foi colaborador dos jornais A Tarde, de Salvador, e da Folha de S. Paulo. Esteve sempre envolvido com a política; em 1960 participou do governo, mas em 1964 foi preso em decorrência do golpe militar. Após sua saída da prisão trabalhou em universidades da França, Canadá, Estados Unidos, Venezuela e Tanzânia, na África.

Retornou ao Brasil em 1977, pois queria que seu segundo filho nascesse na Bahia. Em 1978, iniciou sua carreira na Universidade de São Paulo, lecionando na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e posteriormente na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao voltar para São Paulo tornou-se professor da Faculdade de Geografia da USP. Recebeu títulos de Doutor Honoris Causa nas universidades de Toulouse, Buenos Aires, Madri e Barcelona e outros no Brasil, destacando o de Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Milton Santos foi o primeiro nativo de um país de terceiro mundo a receber o prêmio Vatin Lud, uma espécie de Prêmio Nobel da Geografia. Faleceu em 24 de junho de 2001, em São Paulo.

Fonte: Prefeitura de São Paulo. Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa. Disponível em: https://prefeitura.sp.gov.br/web/cultura/w/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/miltontsantos/3781. Acesso em 29 set. 2025.

NEUSA SANTOS SOUZA

Procurar outras pessoas negras como referência é extremamente importante para a saúde emocional da população negra, e foi a partir dessa percepção que Neusa Santos Souza decidiu se dedicar, a partir da psicanálise, ao estudo sobre os problemas emocionais de pessoas negras, bem como os desafios que enfrentam na consolidação de suas identidades diante de todas as violências raciais que sofrem.



Nascida na Bahia, Neusa tornou-se uma conceituada psicanalista e psiquiatra, formou-se em Medicina pela UFBA (Universidade Federal da Bahia) e fez mestrado em psiquiatria pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). Em sua trajetória como cientista, para além, dos estudos sobre aspectos relativos à negritude, ela fez importantes contribuições em estudos sobre a psicose e a psicanálise lacaniana, uma abordagem dentro da psicologia.

No ano final de sua vida, Neusa escreveu um desabafo, em forma de artigo, refletindo sobre os 120 anos de abolição. Afirmando que: “Cento e vinte anos de abolição quis dizer 120 anos de luta dos negros que no Brasil, dia a dia, convivem com o preconceito e a discriminação racial”.

Fonte: Espaço Ciência. Preta cientista: conheça mulheres negras que fizeram história na ciência. Disponível em: <https://www.espacociencia.pe.gov.br/preta-cientista-conheca-mulheres-negras-que-fizeram-historia-na-ciencia/>. Acesso em 29 set. 2025.



SUELI CARNEIRO

Aparecida Sueli Carneiro Jacoel nasceu em São Paulo em 1950 e é ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro, além de ser escritora, Doutora em Filosofia pela USP e fundadora do GELEDÉS – Instituto da Mulher Negra, sendo considerada uma das mais relevantes pensadoras do feminismo negro no Brasil.

No ano de 1992, decidiu criar o projeto Rappers, atendendo ao apelo por segurança de um grupo de músicos da periferia Paulista, que estavam sofrendo frequentes agressões policiais. Além disso, Sueli Carneiro produziu o estudo “Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência”, em 2009, como forma de denúncia da hegemonia masculina e branca nas diferentes esferas de poder.

A autora tem sido agraciada com uma série de prêmios e homenagens: Prêmio Bertha Lutz (2003); Menção Honrosa no Prêmio de direitos humanos Franz de Castro Holzwarth; Prêmio Direitos Humanos da República Francesa; Prêmio Benedito Galvão (2014); Prêmio Itaú Cultural 30 Anos (2017); Prêmio Especial Vladimir Herzog (2020).

Fonte: Espaço Ciência. Preta cientista. Conheça mulheres negras que fizeram história na ciência. Disponível em: <https://www.espacociencia.pe.gov.br/preta-cientista-conheca-mulheres-negras-que-fizeram-historia-na-ciencia/>. Acesso em 29 set. 2025.

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:

É POLÍTICA, É RESISTÊNCIA, É ABRIR CAMINHOS

Uma política pública tem dimensão política: ela é fruto da disputa pela sua implantação em meio a interesses diversos e a relações de poder que se estabelecem entre grupos antagônicos para a inclusão de suas demandas na esfera estatal. Os conflitos de interesses de atores políticos que se favorecem com a sociedade capitalista e racista limitam o avanço de pautas que visam à inclusão de camadas sociais excluídas nos diversos espaços da sociedade. Embora haja um nítido interesse de grupos hegemônicos em não permitir uma mudança maior na sociedade, a ação de atores políticos coletivos e

individuais tem sido decisiva ao construir frentes de resistência que articulam estratégias para avançar na implementação de políticas públicas visando equidade social.

A assistência estudantil é fruto dessa correlação de forças. Ela caminha junto com as ações afirmativas, em um projeto de emancipação humana, a partir do acesso e permanência na educação de grupos socialmente excluídos. Elas não são políticas neutras, pois democratizar o acesso a educação exige o reconhecimento do poder público de barreiras históricas que produzem desigualdades, discriminação e a marginalização de determinados grupos da sociedade,

como já mencionado ao longo da discussão deste produto. O ambiente educacional também é espaço de disputas: para manter a ordem social já estabelecida ou ser provocada a promover transformação social por meio da pluralidade de pessoas, de histórias, vivências e de culturas visando o desenvolvimento integral das pessoas.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), campus São João del-Rei, as políticas e as ações de apoio ao discente são executadas pela Diretoria de Apoio ao Discente (Dirad). A Dirad é composta por três coordenações, quais sejam: Coordenação de Assistência Estudantil, Coordenação de Ações Inclusivas e Coordenação de Ações Afirmativas. De acordo com informações presentes na página eletrônica do IF Sudeste, campus São João del-Rei, as competências da Dirad e suas coordenações são:

DIRETORIA DE APOIO AO DISCENTE

01

I. Atuar no processo de elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), bem como zelar pelo seu cumprimento;

02

II. atuar, em conjunto com os campi e os campi avançados, na elaboração da Política de Apoio ao Discente na Instituição;

03

III. atuar, em conjunto com os campi e os campi avançados, na implementação de programas e ações voltados ao apoio ao discente na instituição;

04

IV. atuar e supervisionar a execução da política da Assistência Estudantil da Instituição;

05

V. prospectar parcerias e oportunidades para o desenvolvimento e fortalecimento de ações de apoio ao discente;

06

VI. orientar e supervisionar a execução de políticas e programas relacionados à assistência estudantil, às ações inclusivas e às ações afirmativas na instituição;

07

VII. fomentar e promover o desenvolvimento de programas de capacitação dos servidores nas temáticas relacionadas ao apoio aos discentes, às ações inclusivas e às ações afirmativas;

08

VIII. manter-se atualizada quanto às legislações que envolvam a assistência estudantil, as ações inclusivas e as ações afirmativas;

09

IX. elaborar e manter atualizados os relatórios gerenciais da área de sua competência;

10

X. exercer outras competências que, por sua natureza, lhe sejam correlatas ou atribuídas.

COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

(...) A assistência estudantil do IF Sudeste MG compreende dois programas:

- Programa de atendimento aos estudantes em baixa condição socioeconômica;

- Programa de atendimento universal aos estudantes.

De acordo com o Regimento Geral, são competências da Coordenação de Assistência Estudantil:

01

I. propor e realizar, em conjunto com os campi e os campi avançados, programas e ações para melhoria das condições de acesso e permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica em toda a instituição;

02

II. elaborar e propor, em conjunto com os campi e os campi avançados, programas e ações institucionais de natureza social que promovam a inclusão de comunidades em situação de vulnerabilidade econômica e social;

03

III. assessorar os campi e os campi avançados na elaboração de projetos na área de assistência estudantil;

04

IV. apoiar e dar suporte aos campi e aos campi avançados no atendimento aos discentes em situação de vulnerabilidade social;

05

V. atuar na supervisão da execução e operacionalização da política da assistência estudantil na instituição;

06

VI. propor e realizar ações de capacitação dos servidores da instituição quanto aos temas da assistência estudantil;

07

VII. atuar na elaboração de ações que favoreçam o desenvolvimento do estudante em seus aspectos psicológicos, sociais e acadêmicos;

08

VIII. manter-se atualizada quanto às legislações referentes à assistência estudantil;

09

IX. elaborar e manter atualizados os relatórios gerenciais da área de sua competência;

10

X. exercer outras competências que, por sua natureza, lhe sejam correlatas ou atribuídas.

COORDENAÇÃO DE AÇÕES INCLUSIVAS

(...) Esta coordenação tem como público-alvo além dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, todos os alunos que possuam alguma necessidade educacional específica diversa, ainda que provisória.

De acordo com o Regimento Geral são competências da Coordenação de Ações Inclusivas:

01

I. atuar na elaboração e supervisão da operacionalização da política de educação inclusiva;

02

II. implementar, em conjunto com os campi e os campi avançados, projetos e ações educacionais de reconhecimento e respeito à educação inclusiva;

03

III. assessorar os campi e os campi avançados nos assuntos relacionados à educação inclusiva;

04

IV. atuar, em conjunto com os campi e os campi avançados, na promoção de grupos de estudo e discussões que favoreçam e estimulem a educação inclusiva;

05

V. assessorar os Núcleos de Ações Inclusivas (NAI) dos campi e campi avançados no atendimento do público-alvo da educação especial;

06

VI. propor e realizar ações de capacitação dos servidores da instituição quanto aos temas da educação inclusiva;

07

VII - manter-se atualizada quanto às legislações referentes à educação inclusiva;

08

VIII. elaborar e manter atualizados os relatórios gerenciais da área de sua competência;

09

IX. exercer outras competências que, por sua natureza, lhe sejam correlatas ou atribuídas.

COORDENAÇÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS

(...) Compõem os estudos e trabalhos relativos às ações afirmativas no âmbito do IF Sudeste MG os subgrupos dos negros e indígenas, das mulheres e dos LGBTQIA+.

Assim, tem-se:

- O grupo de trabalho (GT) sobre as Mulheres;
- O grupo de trabalho (GT) sobre os LGBTQIA+;
- O grupo de trabalho (GT) sobre os quilombolas, negros e indígenas;
- Os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e indígenas – os Neabi's.

De acordo com o Regimento Geral são competências da Coordenação de Ações Afirmativas:

01

I. atuar na elaboração e supervisão da operacionalização da política de ações afirmativas;

02

II. implementar, em conjunto com os campi e campi avançados, projetos e ações educacionais de reconhecimento e respeito à diversidade;

03

III. assessorar os campi e os campi avançados nos assuntos relacionados às ações afirmativas;

04

IV. atuar, em conjunto com os campi e os campi avançados, na promoção de fóruns, grupos de estudo e discussões sobre as ações afirmativas e o respeito à diversidade.

05

V. propor e realizar ações de capacitação dos servidores da instituição quanto aos temas das ações afirmativas e diversidade;

06

VI. manter-se atualizada quanto às legislações referentes às ações afirmativas;

07

VII. elaborar e manter atualizados os relatórios gerenciais da área de sua competência;

08

VIII. exercer outras competências que, por sua natureza, lhe sejam correlatas ou atribuídas.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais. Apoio ao discente. Disponível em:

<https://www.ifsudestemg.edu.br/institucional/pro-reitorias/ensino/apoio-ao-discente>. Acesso em 03 de out. 2025.

O conjunto de ações descrito acima garante permanência e oportunidades no espaço educativo do IF Sudeste MG, campus São João del-Rei, que é um ambiente formador não só de profissionais, mas também de cidadãos críticos. É a ideia da educação pública, plural e transformadora. Além disso, são ações que contribuem para afirmação de identidades e o resgate histórico da sua formação, para dar visibilidade a trajetórias silenciadas e afirmar o protagonismo negro. É a possibilidade que todo estudante que passe por esse ambiente se reconheça como agente de transformação social.

PARA SABER MAIS



VII CONGRESSO UFABC 2025
23 a 25 de setembro

15 anos do PNAES: do Programa à Política de Assistência ao Estudante - Desafios para a regulamentação e implementação dos instrumentos previstos

Moderação:
Carolina Moutinho Duque de Pinho (UFABC)

24.set (quarta) 19H
SBC A005 Bl. Beta

Sandro Augusto Silva Ferreira (UFSB)
Lucia Campos Pellanda (UFCSPA / MEC)

Confira a programação completa:
congresso.ufabc.edu.br

UFABC

VÍDEO: 15 ANOS DO PNAES: DO PROGRAMA À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE. DISPONÍVEL EM:

<https://www.youtube.com/watch?v=UFlfWYNVtY>



07/11/24, 16:37

LEI Nº 14.914, DE 3 DE JULHO DE 2024 - LEI Nº 14.914, DE 3 DE JULHO DE 2024 - DOU - Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Publicado em: 04/07/2024 | Edição: 127 | Seção: 1 | Página: 5
Órgão: Ato do Poder Legislativo

LEI Nº 14.914, DE 3 DE JULHO DE 2024

Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na educação profissional, científica e tecnológica pública federal e de conclusão dos respectivos cursos.

§ 1º A PNAES será implementada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior e das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, com vistas ao atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais de graduação e em cursos presenciais de educação profissional técnica de nível médio.

§ 2º Se houver disponibilidade de recursos orçamentários, a PNAES poderá atender ainda:

I - estudantes matriculados em programas presenciais de mestrado e de doutorado das instituições referidas no § 1º deste artigo;

II - estudantes das instituições de ensino superior públicas gratuitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por meio de convênios ou de instrumentos congêneres com esses entes

PÁGINA ELETRÔNICA: LEI Nº 14.914, DE 3 DE JULHO DE 2024. INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES).. DISPONÍVEL EM:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm. Acesso em 05 de out. 2025.



PÁGINA ELETRÔNICA: *CÂMARA DOS DEPUTADOS. MEMÓRIAS DISPONÍVEL EM:*

<https://www.camara.leg.br/tv/220828-abdias-nascimento/>. Acesso em 05 de out. 2025.



PÁGINA ELETRÔNICA: *INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS AFRO BRASILEIROS (IPEAFRO).*
DISPONÍVEL EM:

<https://ipeafro.org.br/>

AUTORAS

CRISTIANA JORGE

Mestra em Educação Profissional e Tecnológica pelo ProfEPT – IFMG, campus Ouro Branco. Graduada em Serviço Social e servidora Técnica Administrativa em Educação da UFSJ, cargo Assistente Social. Atuação na política de Assistência Estudantil e idealizadora do Almanaque.

HELENIARA AMORIM MOURA

Doutora em Estudos Literários (UFMG), professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG) – Campus Ouro Branco – e docente nos programas de pós-graduação em Artes Cênicas (UFSJ) e Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT/IFMG).

Pesquisadora na área da Cultura, Memória, produção literária e teatral contemporânea do Alto Paraopeba.

